

O que Reagan pode fazer pelos devedores

O relatório econômico de Reagan ao Congresso dos EUA alerta contra os perigos do protecionismo e pede "políticas de recuperação" partilhadas por todos

O presidente Ronald Reagan, no relatório econômico enviado ao Congresso ontem, afirma que a atual estratégia para lidar com os países endividados não garante o fim das crises e recomendou que seja reforçada mediante instrumentos que reduzam a "instabilidade do sistema".

O relatório, preparado pelo Conselho Econômico da Presidência, chefiado pelo professor de Harvard Martin Feldstein, observa que uma maneira de atenuar o peso do ajuste realizado por esses países seria aumentar o nível do financiamento e assim permitir que importassem mais. O aspecto negativo óbvio do recurso a esse instrumento seria o aumento da dívida acumulada e a perda do incentivo para que o país ajuste sua economia.

"Há uma alternativa mais promissora para aliviar a carga do ajuste, que está sendo implementada no caso do México em 1984. Os bancos, em vez de aumentar o novo empréstimo ao México em 1984, estão reduzindo-o em relação aos níveis de 1983, mas estão concordando em baixar a taxa de juros e as comissões cobradas", diz o relatório. Essa redução diminui a exposição dos bancos em relação ao que poderia ser e ao mesmo tempo eleva a probabilidade de que eventualmente serão plenamente ressarcidos. "A posição do México melhora porque, para um determinado superávit comercial, pagamentos de juros mais baixos significam menor déficit em conta corrente e assim menor nível de endividamento no final do ano."

Para o presidente e seus assessores, entretanto, qualquer melhoria nas condições que os bancos oferecem deve ser vinculada a bom desempenho por parte do devedor. Caso contrário, os efeitos poderiam

ser perversos, com a redução dos incentivos para a correção das falhas administrativas por parte dos governos.

Numa síntese que fez do relatório, durante depoimento no Congresso ontem, Martin Feldstein afirmou que o processo realizado pelos principais países devedores até 1984 foi alcançado em grande parte à custa de "reduções insustentáveis" no consumo, investimento e estoques de insumos importados.

"O progresso futuro terá de tomar a forma de crescimento liderado pelas exportações", disse Feldstein. "O prosseguimento de uma forte recuperação nos países industrializados é essencial ao aumento das exportações das nações devedoras. E também importante que não construamos barreiras protecionistas para impedir a entrada dos produtos que têm para vender."

Posteriormente, numa conversa com jornalistas, Feldstein reafirmou ser fundamental manter os mercados industrializados abertos para as exportações desses países. Mas disse que essas nações têm de ajustar suas economias a fim de que suas exportações sejam competitivas sem subsídios. O relatório observa que no passado alguns desses países erraram na política cambial, mantendo elevado o valor de sua moeda em relação ao dólar. Mas reconhece também que o alto valor tem prejudicado a receita de exportação do terceiro mundo, especialmente a de matéria-prima.

Mais adiante, diz o relatório que "a maneira óbvia de elevar o preço dos bens comercializados em relação aos não-comercializados é a desvalorização da moeda". As desvalorizações causam aumentos correspondentes imediatos nos preços

dos bens comercializados, pelo menos no caso de produtos agrícolas e minerais, continua. Mas, observa, não há razão para que as desvalorizações se reflitam total e imediatamente nos salários e nos preços dos bens não comercializados (internacionalmente). "E sempre mais fácil conceder às empresas o incentivo para exportar mediante redução dos salários em relação aos preços dos bens comercializados, do que pela redução dos salários em relação ao nível geral de preços", afirma o relatório.

Acrescenta que vale a pena sublinhar que praticamente todos os principais países latino-americanos, "os exportadores de petróleo assim como os importadores de petróleo, os que seguiram políticas monetaristas e de mercado livre, aumentaram a taxa de crescimento dos meios de pagamentos e expandiram o papel do governo na economia. Isso sugere que, em retrospectiva, o fator-chave, comum a todos, foi o fato de que se endividaram profundamente, antes de tudo".

Exportações

Mas é verdade, contudo, prossegue o documento presidencial, que a Coreia do Sul e outros países asiáticos que se tornaram tão endividados como muitos na América Latina (com base na razão dívida/produto) enfrentaram problemas menos severos nos anos 80. O que distingue a Coreia do Sul e outros devedores asiáticos "não é o grau de intervenção governamental na economia interna, mas o grau de orientação exportadora". As exportações de bens, serviços e transferências privadas representam 44% do PNB (produto nacional bruto) na Coreia do Sul, resultado de 20 anos de vigorosa promoção das exportações. "Em contraste, (essas exportações) representam 17% do

PNB do México, 16% da Argentina e apenas 8% do Brasil", afirma o relatório.

A partir de 1984, progresso adicional dependerá de maneira crucial da expansão das exportações e não de novas contrações das exportações. Essa contração é que foi responsável em grande parte pelos saldos comerciais favoráveis que os países devedores têm apresentado.

O relatório revela a preocupação do governo norte-americano com os efeitos dessa contração sobre a balança comercial dos próprios Estados Unidos. "A perda dos Estados Unidos nas exportações líquidas para a América Latina foi de aproximadamente 21 bilhões de dólares", entre 1981 e 1983, mais do que para o Japão (quatro bilhões) e para a Europa Ocidental (12 bilhões).

Em consequência basicamente dessa contração nas importações dos devedores, o déficit comercial dos Estados Unidos com o Brasil atingiu 863 milhões de dólares em 1982 e cerca de 2,5 bilhões de dólares em 1983, depois de um resultado também negativo em 1981. Nas trocas com o México as perdas norte-americanas nos dois últimos anos foram brutais: 3,8 bilhões em 1982 e 7,76 bilhões em 1983. De 1981 a 1983, reitera a Casa Branca, a Argentina cortou suas importações em geral 52%, o Brasil 30% e o México 66%.

"Todos esses países tiveram de sofrer severas recessões a fim de reduzir seus gastos com bens comercializados. O PNB real tem caído rapidamente. Nesses e em outros países, o desemprego é muito alto, e o padrão de vida da maioria da população, inclusive a classe média, deteriorou-se gravemente."

A.M. Pimenta Neves,
correspondente em Washington.

VENDE-SE DÍVIDA

Dívida externa, um grande negócio nos EUA.

Atenção: o (a) senhor (a) possui um título da dívida brasileira que deseja vender com bom desconto ou trocar por outro do débito venezuelano? Talvez o (a) amigo (a) tenha chegado à conclusão de que título do considerável débito mexicano é mais interessante do que aqueles que possui do Equador?

Tais anúncios não são fantásticos. Mais que isto, eles representam um sinal incontestável de que dívidas de países em desenvolvimento vieram para ficar, pelo menos por algum tempo. No rastro da constatação um ativo mercado secundário está evoluindo rapidamente: novas empresas estão sendo criadas para intermediar compras, vendas e negociações de títulos de dívidas externas. Uma destas empresas calculou o potencial do mercado de dois a três bilhões de dólares em 1984.

Esta empresa formou-se a partir da fusão da European Interamerican Finance Corp. (Eurinam), de Nova York, e a Singer and Friedlan-

der Ltd., (Sandf), um banco mercantil de Londres.

Seu objetivo principal é manipular o débito de países que renegociaram ou estão em processo de refinanciamento de suas dívidas externas.

Nesta categoria estão o Brasil, a Venezuela, o México e Turquia e alguns países do bloco oriental.

— Não se trata de adquirir os débitos por nossa própria conta — diz Martin Schubert, presidente da Eurinam. — A empresa atuará como intermediária no fechamento do negócio.

Mas quem quer comprar dívidas do Terceiro Mundo? Segundo Schubert, há muita gente interessada. Por exemplo, um determinado banco que tenha emprestado muito dinheiro para o Brasil e pouco para o México e tenha interesse em equilibrar o risco — negociando títulos da dívida brasileira por outros da dívida mexicana no caso, tentará encontrar um comprador que se encontre na situação inversa.